

ARBITRAGEM COMERCIAL:

Princípios, Instituições e Procedimentos

A prática no CAM-CCBC

Organizadores

MARISTELA BASSO

FABRÍCIO BERTINI PASQUOT POLIDO

Ana Gerdau de Borja • Caroline Costa • Christiana Beyrodt Cardoso
Claudio Finkelstein • Cristiane Amaral de Oliveira Gertel
Cristina Saiz Jabardo • Daniela Monteiro Gabbay • Fabio Alonso Vieira
Fabrício Bertini Pasquot Polido • Frederico Gustavo Straube
Giovana Valentiniano Benetti • Gustavo Santos Kulesza
Júlio César Fernandes • Karin Hlavnicka Skitnevsky • Leandro Tripodi
Leonardo de Castro Coelho • Luíza Helena Cardoso Kömel
Marcelo Junqueira Inglez de Souza • Marcelo Vieira Machado Rodante
Mariana Cattel Gomes Alves • Maristela Basso
Nathalia Mazzonetto • Patrícia Shiguemi Kobayashi
Paulo Eduardo Campanella Eugênio • Rafael Villar Gagliardi
Sílvia Bueno de Miranda • Sílvia Cristina Salatino
Thiago Alves Ferreira dos Santos • Thiago Rodovalho

Arbitragem comercial: princípios, instituições e procedimentos. A prática no CAM-CCBC

Organizadores

Maristela Basso / Fabrício Bertini Pasquot Polido

Autores

Ana Gerdau de Borja / Caroline Costa / Christiana Beyrodt Cardoso / Claudio Finkelstein / Cristiane Amaral de Oliveira Gertel / Cristina Saiz Jabardo / Daniela Monteiro Gabbay / Fabio Alonso Vieira / Fabrício Bertini Pasquot Polido / Frederico Gustavo Straube / Giovana Valentiniano Benetti / Gustavo Santos Kulesza / Júlio César Fernandes / Karin Hlavnicka Skitnevsky / Leandro Tripodi / Leonardo de Castro Coelho / Lufza Helena Cardoso Kömel / Marcelo Junqueira Inglez de Souza / Marcelo Vieira Machado Rodante / Mariana Cattel Gomes Alves / Maristela Basso / Nathalia Mazzone / Patrícia Shiguemi Kobayashi / Paulo Eduardo Campanella Eugênio / Rafael Villar Gagliardi / Sílvia Bueno de Miranda / Sílvia Cristina Salatino / Thiago Alves Ferreira dos Santos / Thiago Rodovalho

Capa

Nacho Pons

Preparação e Editoração eletrônica

Ida Gouveia / Oficina das Letras®

Todos os direitos reservados.

Os autores desta publicação gozam de liberdade de expressão, cabendo-lhes a responsabilidade exclusiva pelas ideias emitidas em seus respectivos artigos.

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil

Arbitragem comercial : princípios, instituições e procedimentos ; a prática no CAM-CCBC / organizadores Maristela Basso, Fabrício Bertini Pasquot Polido. – 1. ed. – São Paulo : Marcial Pons; São Paulo : CAM-CCBC - Centro de Arbitragem e Mediação/Câmara de Comércio Brasil-Canadá, 2013.

Vários autores. Bibliografia
ISBN 978-85-66722-09-3

1. Arbitragem (Direito) 2. Arbitragem (Direito internacional) 3. Arbitragem (Direito) - Leis e legislação 4. Direito internacional I. Basso, Maristela. II Polido, Fabrício Bertini Pasquot.

13-11142

CDU-347.918:38(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Arbitragem comercial : Direito processual civil 347.918:38(81)

© MARCIAL PONS
EDITORA DO BRASIL LTDA.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461,
conj. 64/5, Torre Sul
CEP 01452-002 São Paulo-SP
☎ (11) 3192.3733
www.marcialpons.com.br
e-mail: contato@marcialpons.com.br

© Maristela Basso, Fabrício Bertini Pasquot Polido (Organização)
© CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ
Rua do Rocio, 220, conj. 122, 12.º andar
CEP 04552-000 São Paulo-SP
☎ (11) 3044.4249
www.ccbc.org.br
e-mail: centroarbitragem@ccbc.org.br

Impresso no Brasil [10-2013]

B13-997709

SUMÁRIO

PREFÁCIO – FREDERICO JOSÉ STRAUBE	7
APRESENTAÇÃO – MARISTELA BASSO e FABRÍCIO BERTINI PASQUOT POLIDO	9
TABELA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	27
1. NOÇÕES GERAIS SOBRE ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL.....	29
GUSTAVO SANTOS KULESZA e LEANDRO TRIPODI	
1.1 Introdução.....	29
1.2 Breve comentário histórico.....	30
1.2.1 Antiguidade	30
1.2.2 Idade Média	31
1.2.3 Idade Moderna.....	33
1.2.4 Desenvolvimento no período contemporâneo	34
1.3 Normas nacionais e internacionais (tratados e convenções)	35
1.3.1 O Protocolo de Genebra (1923) e a Convenção de Genebra (1927).....	36
1.3.2 A Convenção de Nova Iorque (1958).....	39
1.3.3 Convenção do Panamá (1975).....	44
1.3.4 Lei Modelo da Uncitral (1985).....	45
1.4 O significado de «internacional»	47
1.4.1 Arbitragem doméstica e arbitragem internacional.....	47
1.4.2 Critérios de internacionalidade.....	49
1.5 O significado de «comercial»	51
1.6 Conclusão	52
Bibliografia	53

2. AGENDA GLOBAL DA ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL E SUA CONFORMAÇÃO INSTITUCIONAL ..	55
FABRÍCIO BERTINI PASQUOT POLIDO	
2.1 Introdução	56
2.2 Arbitragem comercial internacional, qualificação e interação com direitos estatais	59
2.2.1 Internacionalidade e conformação institucional da arbitragem	59
2.2.2 «Deslocalização» da arbitragem comercial internacional ..	64
2.3 Ambiente institucional da arbitragem comercial internacional ...	66
2.3.1 Corte Internacional de Arbitragem da CCI	70
2.3.2 London Court of International Arbitration (LCIA)	72
2.3.3 International Center for Dispute Resolution – American Arbitration Association (AAA)	74
2.3.4 Outras instituições dedicadas à arbitragem comercial internacional	75
2.3.5 CAM-CCBC e a experiência da arbitragem comercial internacional	76
2.4 Centros de arbitragem, capacitação e especialidade dos árbitros...	77
2.5 Recomendações para os regulamentos de arbitragem e custos do litígio	81
2.6 Transformações e desafios da arbitragem comercial internacional	86
2.7 Conclusões	89
Bibliografia	90
3. DESAFIOS E CUIDADOS NA REDAÇÃO DAS CLÁUSULAS DE ARBITRAGEM	93
DANIELA MONTEIRO GABBAY, NATHALIA MAZZONETTO e PATRÍCIA SHIGUEMI KOBAYASHI	
3.1 Introdução	94
3.2 O que deve conter uma cláusula arbitral?	96
3.2.1 Convenção de arbitragem: parâmetros normativos	98
3.2.2 Indicação de árbitros	102
3.2.3 Direito aplicável	104
3.2.4 Sede da arbitragem	110
3.2.5 Língua da arbitragem	112

3.2.6	Regras/regulamento e cláusula modelo	112
3.2.7	Tutela de urgência	114
3.3	Casos complexos	116
3.4	Cuidados necessários na redação da Cláusula Med-Arb	124
3.5	Conclusão	127
	Bibliografia	128
4.	LEIS APLICÁVEIS À ARBITRAGEM	131
	FREDERICO GUSTAVO STRAUBE, MARCELO JUNQUEIRA INGLEZ DE SOUZA e RAFAEL VILLAR GAGLIARDI	
4.1.	Introdução	132
4.2	Lei que disciplina a capacidade das partes	134
4.3	Lei que governa a convenção arbitral (<i>agreement to arbitrate</i>)... 136	
4.3.1	A lei substancial do contrato	137
4.3.2	A lei da sede da arbitragem	139
4.3.3	A lei de intenção das partes (<i>French Third Way</i>).....	140
4.3.4	Combinação (<i>Swiss Model</i>)	141
4.3.5	Observações conclusivas	142
4.4	Lei que governa a existência e o desenvolvimento da arbitragem (<i>lex arbitri</i>)	142
4.4.1	Conteúdo da <i>lex arbitri</i>	143
4.4.2	O papel da sede da arbitragem e a não indicação da <i>lex arbitri</i> pelas partes	144
4.4.3	Teoria da deslocalização – <i>delocation theory</i>	145
4.4.4	O papel da lei processual da sede da arbitragem. As disposições de ordem pública internacional	146
4.4.5	Escolha de lei processual estrangeira: seus limites e inconvenientes	147
4.4.6	Regulamentos arbitrais	148
4.5	Autonomia privada, escolha da lei e demais regras aplicáveis ao procedimento arbitral.....	149
4.5.1	Autonomia para eleição do direito processual aplicável: seus limites inconvenientes	150
4.5.2	IBA Guidelines	152
4.5.3	Regras e princípios gerais de ética e boa-fé	152
4.5.4	Procedimento de Discovery.....	153

4.6	Lei substantiva aplicável à interpretação e execução do contrato	154
4.6.1	A autonomia das partes, o art. 9.º da Lei de Introdução às Normas no Direito Brasileiro e o art. 2.º, § 1.º, da Lei 9.307/1996	155
4.6.2	As opções de escolha.....	156
4.6.3	Os limites à autonomia da vontade.....	156
4.6.4	Ausência de indicação pelas partes	157
4.7	Lei aplicável ao reconhecimento e execução de laudos arbitrais ..	158
4.7.1	Decisões domésticas	159
4.7.2	Decisões estrangeiras.....	159
4.7.3	Convenção de Nova Iorque	160
4.8	Conclusão	161
	Bibliografia	162
5.	A INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE UM TRIBUNAL ARBITRAL	165
	CAROLINE COSTA, SÍLVIA CRISTINA SALATINO e THIAGO ALVES FERREIRA DOS SANTOS	
5.1	Introdução.....	165
5.2	O início de uma arbitragem <i>ad hoc</i> e institucionalizada	166
5.3	Como escolher o árbitro	167
5.3.1	Restrições impostas pelo contrato	168
5.3.2	Restrições impostas pela lei aplicável	171
5.3.3	Qualificações profissionais	171
5.3.4	Língua.....	173
5.3.5	Experiência e formação	173
5.4	Imparcialidade e independência do(s) árbitro(s)	175
5.5	Substituição do árbitro.....	181
5.6	A organização do Tribunal Arbitral.....	184
5.6.1	Audiências e reuniões.....	186
5.6.2	Aspectos administrativos.....	188
5.6.3	O papel e função da secretaria administrativa	190
5.7	Taxas e despesas do Tribunal Arbitral	193
5.8	Conclusão	196
	Bibliografia	198

6. PODERES, DEVERES E JURISDIÇÃO DE UM TRIBUNAL ARBITRAL	201
CHRISTIANA BEYRODT CARDOSO, LEONARDO DE CASTRO COELHO e THIAGO RODOVALHO	
6.1 Introdução	202
6.2 Jurisdição	203
6.2.1 Conceito clássico e contemporâneo.....	203
6.2.2 Diferenças entre a jurisdição estatal e arbitral.....	210
6.2.3 Início e término da jurisdição arbitral: necessidade de estabelecer limites.....	211
6.2.3.1 Início da jurisdição arbitral.....	214
6.2.3.2 Término da jurisdição arbitral	217
6.3 Poderes-deveres dos árbitros no exercício de sua atividade jurisdicional	221
6.3.1 Poder-dever jurisdicional.....	223
6.3.2 Poder-dever de julgar por equidade se as partes acordarem	224
6.3.3 Poder-dever de decidir sobre sua própria competência	225
6.3.4 Poder-dever de instrução	226
6.3.5 Poder-dever de competência.....	228
6.3.6 Poder-dever de ter a confiança das partes.....	229
6.3.7 Poder-dever de independência e imparcialidade	229
6.3.8 Poder-dever de revelação (<i>duty of disclosure</i>)	231
6.3.9 Poder-dever de agir com diligência.....	232
6.3.10 Poder-dever de discrição	233
6.3.11 Poder-dever de cooperação.....	234
6.3.12 Poder-dever de proferir um laudo arbitral bem feito e que dê efetividade ao direito material	235
6.4 O poder dos árbitros frente às cortes estatais	236
6.4.1 Cumprimento da sentença arbitral	237
6.4.2 Medidas coercitivas necessárias no curso do procedimento arbitral.....	238
6.4.3 Dos honorários do árbitro: fixação pelo Estado-Juiz.....	239
6.4.4 Do número de árbitros: desempate promovido pelo Poder Judiciário	239
6.4.5 Remessa das partes ao Órgão do Poder Judiciário: matérias que obstam o julgamento arbitral.....	239

6.4.6	Discussão acessória em torno de direitos indisponíveis: remessa das partes ao Poder Judiciário.....	240
6.4.7	Da nulidade da sentença arbitral.....	241
6.4.8	A homologação da sentença arbitral estrangeira pelo Superior Tribunal de Justiça.....	241
6.4.9	Da necessidade de cooperação entre os tribunais arbitrais e as cortes estatais.....	242
6.5	Fontes dos poderes e deveres dos árbitros.....	242
6.6	Conclusão	244
	Bibliografia	249
7.	CONDUTAS E PROCEDIMENTOS.....	253
	CRISTIANE AMARAL DE OLIVEIRA GERTEL, JÚLIO CÉSAR FERNANDES e LUÍZA HELENA CARDOSO KÖMEL	
7.1	Introdução.....	253
7.2	Primeiros passos	256
7.3	Alegações escritas.....	259
7.4	Documentos e evidências	260
7.5	Testemunhas e depoimentos.....	262
7.5.1	Esclarecimentos iniciais	262
7.5.2	Oitiva de testemunhas, informantes e depoimentos pessoais.....	263
7.5.3	Preparação de testemunhas, informantes e representantes	267
7.5.4	Audiência de oitiva.....	270
7.5.4.1	Exame dos representantes, informantes e testemunhas	272
7.6	Pareceres de expertos.....	274
7.6.1	Peritos e assistentes técnicos	278
7.6.2	Abordagens modernas	280
7.6.2.1	<i>Witness Conferencing</i>	280
7.6.2.2	Protocolo Sachs	282
7.7	Procedimentos após a audiência.....	282
7.8	Outras questões: procedimentos expeditos, pequenas reclamações e <i>fast-track arbitration</i>	284
7.9	Conclusões.....	286
	Bibliografia	286

8. A FUNÇÃO DOS TRIBUNAIS NACIONAIS ESTATAIS NO PROCESSO ARBITRAL	289
CLAUDIO FINKELSTEIN, FABIO ALONSO VIEIRA e KARIN HLAVNICKA SKITNEVSKY	
8.1 Introdução	289
8.2 A fase pré-arbitral	290
8.2.1 As demandas para instauração da arbitragem	292
8.2.2 Tutelas de urgência	293
8.3 A fase arbitral	296
8.3.1 A autonomia do compromisso arbitral	296
8.3.2 O princípio da <i>Kompetenz-kompetenz</i>	297
8.3.3 As medidas de urgência	298
8.3.4 <i>Anti-suit injunctions</i> (medidas antiarbitragem)	301
8.3.5 O art. 25 da Lei Brasileira de Arbitragem	302
8.4 A fase pós-arbitral	303
8.4.1 Controle da sentença arbitral brasileira	305
8.4.2 Homologação e execução de sentença arbitral estrangeira	307
8.4.3 Impugnação ao cumprimento de sentença arbitral	308
8.4.4 Liquidação e cumprimento de sentença arbitral	308
8.5 Conclusão	309
Bibliografia	310
9. A SENTENÇA ARBITRAL E SEUS DESAFIOS	313
CRISTINA SAIZ JABARDO, MARIANA CATTEL ALVES, SÍLVIA BUENO DE MIRANDA	
9.1 Introdução	314
9.2 Decisões do Tribunal Arbitral	314
9.2.1 Sentença arbitral	316
9.2.1.1 Sentença final	318
9.2.1.2 Sentença parcial	321
9.2.2 Outros tipos de decisões	323
9.2.2.1 Decisões de caráter procedimental	323
9.2.2.2 Medidas de urgência	326
9.3 Validade da sentença arbitral	330
9.3.1 Precondições para a sentença	331

9.3.1.1	Validade da convenção de arbitragem.....	331
9.3.1.2	Regularidade na constituição do Tribunal Arbitral	332
9.3.2	Objeto da sentença.....	332
9.3.3	Limites da sentença	333
9.3.4	Requisitos de validade.....	335
9.3.4.1	Registro escrito.....	335
9.3.4.2	Prazo	336
9.3.4.3	Indicação da data e local onde foi proferida.....	337
9.3.4.4	Assinatura dos árbitros	338
9.3.4.5	Motivação	339
9.3.4.6	Outros requisitos.....	340
9.4	Objecção à sentença arbitral.....	341
9.4.1	Métodos de objeção à sentença arbitral.....	342
9.4.1.1	Revisão interna da sentença.....	342
9.4.1.2	Objecção à sentença no Judiciário	343
9.4.2	Os fundamentos das objeções às sentenças arbitrais	344
9.4.2.1	Objeções atinentes à jurisdição	346
9.4.2.2	Regularidade do procedimento.....	348
9.4.2.3	Objeções atinentes ao mérito.....	349
9.4.2.3.1	Erro na aplicação da lei (<i>error in judicando</i>) ou quanto aos fatos	350
9.4.2.3.2	Violação à ordem pública	353
9.4.3	Efeitos da objeção procedente	354
9.5	Conclusão	355
	Bibliografia	355
10.	OS REMÉDIOS DA SENTENÇA ARBITRAL	357
	GIOVANA VALENTINIANO BENETTI	
10.1	Introdução.....	357
10.2	Execução específica.....	360
10.3	Perdas e danos	364
10.3.1	A composição das perdas e danos.....	365

10.3.2 A mensuração dos prejuízos	366
10.3.2.1 Dano emergente e lucros cessantes	366
10.3.2.2 Dever de mitigar os prejuízos	370
10.3.3 Interesse positivo e interesse negativo	372
10.3.4 <i>Punitive damages</i>	373
10.3.5 O papel dos árbitros e dos advogados	375
10.4 Declarações	377
10.5 Compensação	379
10.6 Considerações finais	381
Bibliografia	382
11. EMBARGOS ARBITRAIS	385
ANA GERDAU DE BORJA	
11.1 Introdução	385
11.2 Objeto dos embargos arbitrais	386
11.3 Prazos relativos aos embargos arbitrais: conflitos entre os dispositivos da lei e as regras de arbitragem aplicáveis	387
11.4 Efeitos dos embargos arbitrais	389
11.5 Sentença adicional	392
11.6 Conclusões	393
12. RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS	395
MARCELO VIEIRA MACHADO RODANTE e PAULO EDUARDO CAMPANELLA EUGÊNIO	
12.1 Introdução	395
12.2 Histórico da Convenção de Nova Iorque de 1958	396
12.3 Principais objetivos da Convenção de Nova Iorque	400
12.4 Causas de recusa ao reconhecimento	401
12.4.1 Incapacidade das partes ou invalidade da convenção arbitral (CNI, art. V (1)(a))	401
12.4.2 Falta de notificação, ofensa ao contraditório ou à ampla defesa (CNI, art. V (1)(b))	406
12.4.3 Limites da matéria submetida à cláusula arbitral (CNI, art. V(1)(c))	407

12.4.4 Irregularidade da composição do Tribunal Arbitral ou no procedimento (art. V(1)(d))	407
12.4.5 Ausência de obrigatoriedade da sentença (art. V(1)(e))....	408
12.4.6 Matéria não arbitrável segundo a lei do país em que se tencione o reconhecimento (CNI, art. V (1)(c))	411
12.4.7 Contrariedade à ordem pública (CNI, art. V (2)(b))	412
12.5 Procedimento de reconhecimento e execução de sentenças arbitrais no Brasil.....	416
12.6 Considerações finais	417
Bibliografia.....	418
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E MATERIAL DE APOIO	419
ANEXOS – FONTES DO DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL	429

PARTE I

Tratados e Convenções

1. Protocolo Relativo a Cláusulas de Arbitragem, de 24 de setembro de 1923 (Decreto 21.187, de 22 de março de 1932).....	431
2. Convenção de Genebra sobre Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, de 26 de setembro de 1927.....	440
3. Convenção de Nova Iorque sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, de 10 de junho de 1958 (Decreto 4.311, de 23 de julho de 2002).....	443
4. Convenção Europeia sobre Arbitragem Comercial Internacional, de 21 de abril de 1961.....	453
5. Convenção de Washington para a Resolução de Controvérsias relativas a Investimentos entre Estados e Nacionais de Outros Estados, de 1965 (ICSID).....	460
6. Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, de 30 de janeiro de 1975 (Decreto 1.902, de 9 de maio de 1996)	476
7. Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros, de 8 de maio de 1979 (Decreto 2.411, de 2 de dezembro de 1997)	480

8. Acordo de Buenos Aires sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul, de 23 de julho de 1998 (Decreto 4.719, de 4 de junho de 2003)	484
9. Acordo de Buenos Aires sobre Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre Estados-Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile (Decreto 6.891, de 2 de julho de 2009)	494

PARTE II

Outros instrumentos internacionais relativos à arbitragem

1. Lei-Modelo da Comissão das Nações Unidas para Direito do Comércio Internacional (Uncitral) sobre arbitragem comercial internacional de 1985, modificada em 2006	502
2. Regulamento de Arbitragem da Uncitral de 2010	538
3. Comentários da Uncitral sobre a organização de procedimentos arbitrais de 1996	559
4. Recomendações da Uncitral de 2006 sobre a interpretação do Artigo II(2), e Artigo VII(1), da Convenção de Nova Iorque sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 1958	581
5. Regulamento de Arbitragem do Centro Internacional para Solução de Controvérsias em Investimentos – ICSID de 1968 (revisado em 2010)	583

PARTE III

Regulamentos institucionais, princípios, diretrizes e códigos de conduta

1. Regulamento de Arbitragem da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI) de 2012	602
2. Regulamento do Centro Internacional de Solução de Disputas da Associação Americana de Arbitragem de 2009	645
3. Regulamento de Arbitragem da Corte de Arbitragem Internacional de Londres (LCIA) de 1998	671
4. Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de 2012	689
5. Regulamento de Arbitragem da Comissão Chinesa de Arbitragem Econômica e Comercial Internacional (Cietac) de 2012	704

6. IBA Guidelines on Conflicts of Interest in International Arbitration of 2004	725
7. IBA Rules on Taking of Evidence of 2010.....	742

PARTE IV

Leis internas relativas à arbitragem

1. Lei Brasileira de Arbitragem de 1996 (Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996)	754
2. Lei Francesa de Reforma da Arbitragem de 2011 (Decreto 2.011/1948 de 13 de janeiro de 2011).....	763
3. Lei Portuguesa de Arbitragem Voluntária de 2011 (Lei 63 de dezembro de 2011).....	776
4. Lei Espanhola de Arbitragem de 2003 (com reforma de 21 de maio de 2011)	804
5. Lei Federal de Arbitragem dos Estados Unidos da América de 1925 – Federal Arbitration Act (Pub.L. 68-401)	833
6. Código de Processo Civil italiano – Livro VI, Título VIII (Da Arbitragem), com reforma pela Lei 40, de 2 de fevereiro de 2006	841
7. Lei Suíça de Direito Internacional Privado	851

PARTE V

Minutas de cláusulas compromissórias e convenções de arbitragem

1. Cláusulas Modelo da LCIA – (London Court of International Arbitration) Future disputes.....	855
2. Cláusulas Modelo da CAM-CCBC – (Centro de Arbitragem e Mediação – Câmara de Comércio Brasil-Canadá)	856
3. Cláusulas Modelo da Cietac – (China International Economic and Trade Arbitration Commission).....	858
4. Cláusulas Modelo da ICC – (International Chamber of Commerce) ..	859
5. Cláusulas Modelo do ICSID – (Centro Internacional para a Resolução de Conflitos sobre Investimentos).....	861